

Câmara Municipal de Canela - RS de Canela - RS Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

RECIBO DE ENVIO DE PROPOSIÇÃO

10

Código do Documento: Pe5aafa4799d59cde992e134a7b71ab11K14551

Tipo de Proposição: Projeto de Lei Legislativo

Autor: Mesa Diretora da Câmara

Enviada por: Mesa Diretora da Câmara (MDCAMARA)

Descrição: Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.

Data de Envio: 24/05/2024 17:13:12

Declaro que o conteúdo do texto impresso em anexo é idêntico ao conteúdo enviado eletronicamente por meio do sistema SAPL para esta proposição.

Mesa Diretora da Câmara







PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 10, DE 24 DE MAIO DE 2024.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canela, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o art. 27 do Regimento Interno desta casa, o qual assim dispõe:

Art. 27. A Mesa Diretora, no último ano de cada legislatura, no máximo até 60 (sessenta) dias das eleições municipais, proporá projeto de lei dispondo sobre a fixação do subsídio dos Vereadores e da verba de representação do Presidente da Câmara Municipal, para a legislatura seguinte. Parágrafo único. No mesmo prazo do caput, a Mesa Diretora, proporá projetos de lei dispondo sobre a fixação do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais.

Outrossim, a presente apresentação baseia-se também no art. 29, incisos V e VI da Constituição Federal da República, após consulta prévia aos vereadores em reunião ocorrida no dia 25 de abril de 2024, com representante do Executivo e Legislativo Municipais, apresenta Projeto de Lei Legislativo que "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028."

A proposta atende os requisitos jurídicos os quais serão posteriormente analisados pelas comissões competentes desta casa.

O presente projeto prevê a fixação do subsídio dos vereadores no valor de R\$9.268,25 (nove mil, duzentos e sessenta e oito reais com vinte e cinco centavos), não podendo se olvidar que o Supremo Tribunal Federal, no Tema de repercussão geral n°. 1.192, declarou a inconstitucionalidade da percepção pelos agentes políticos, da revisão geral anual.

Desta forma, atendendo as determinações legais, a Câmara Municipal apresenta o presente projeto de lei que prevê a fixação do subsídio, observando o que dispõe a Constituição Federal, em seu art. 29, inciso VI.

Logo, requer a apreciação dos vereadores do referido projeto de lei, eis que atende os ditames legais.



Jefferson de Oliveira Presidente

Alberi Galvani Dias 1º Secretário Carmen Lucia Seibt de Moraes
Vice-Presidente

Carla Reis 2° Secretário



PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº ____ DE 24 MAIO DE 2024.

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.

- Art. 1º O subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Canela será estabelecido nos termos desta Lei.
- Art. 2º Os Vereadores da Câmara Municipal de Canela receberão um subsídio mensal no valor de R\$9.268,25 (nove mil, duzentos e sessenta e oito reais com vinte e cinco centavos).
- Art. 3º Os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal farão jus, no mês de dezembro, ao recebimento do valor correspondente a 1 (um) subsídio mensal, a título de gratificação natalina.
- § 1º A cada trinta dias de suspensão do exercício do mandato, salvo licença saúde, o Vereador terá descontado 1/12 (um doze avos) do valor da gratificação natalina.
- § 2º O suplente convocado terá direito a perceber 1/12 (um doze avos) do valor da gratificação natalina para cada 30 (trinta) dias de substituição, consecutivos ou não.
- Art. 4º Em caso de substituição (convocação de suplente), os vereadores terão direito ao valor proporcional ao número de dias de substituição, referentes ao mês da substituição.

Parágrafo único. A contagem da substituição se dá no dia da assinatura do termo de recebimento da convocação.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Parágrafo Único. As sessões plenárias extraordinárias, nos termos da Constituição Federal, art. 57, § 7°, não serão remuneradas.



- Art. 6º A ausência de Vereador devidamente convocado, em sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará o desconto em seu subsídio, proporcional ao dia da sessão.
- § 1º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.
- § 2º Excetuam-se dos descontos que tratam esse artigo as ausências relativas às sessões extraordinárias sem que o vereador tenha tomado ciência da convocação, ou que esta tenha se dado em desacordo com a norma legal, desde que assim justifique e seja aceito pelo Plenário nos termos deste artigo.
- Art. 7º A ausência não justificada do vereador nas reuniões das Comissões Permanentes importará em desconto em seu subsídio correspondente ao dia.
- Art. 8º Nos casos de doença comprovada, o Vereador perceberá a totalidade dos subsídios, deduzida do pagamento a parcela que a este título eventualmente lhe for paga pela Previdência Social.
- Art. 9° Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores públicos da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Em caso de o Município adotar regime de adiantamento mensal de vencimentos e salários, o mesmo tratamento poderá ser dispensado aos subsídios dos Vereadores nas mesmas datas e percentuais adotados para a folha de pagamento dos servidores.

- Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
- Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2028.

Canela, 24 de maio de 2024.



Presidente

Alberi Galvan

Vice-Presidente



ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA PROJETOS -

Poder Legislativo

Impacto nº:

05/2024

1-Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 101, art. 16.

2-Descrição detalhada do Projeto:

Trata-se de analisar disponibilidade orçamentária acerca do Projeto de Lei Legislativo que "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028". O projeto prevê a fixação do subsídio dos vereadores no valor de R\$9.268,25 (nove mil, duzentos e sessenta e oito reais com vinte e cinco centavos), bem como os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal farão jus, no mês de dezembro, ao recebimento do valor correspondente a 1 (um) subsídio mensal, a título de gratificação natalina. Atualmente, o subsídio mensal do Vereador é de R\$ 6.988,70 e do Presidente é de R\$7.596,42.

O total dos encargos varia em torno de 21% sobre o vencimento básico.

3-FONTE DE RECURSOS: Dotação consignada na Lei de Orçamento.

| 4-CREDITO ORÇAMENTARIO: | | Control of the Contro |
|---|----------------------------------|--|
| 4.1 - Classificação estrutura programática da(s) despesa(s): | 01.01.01.031.0001.2006.3.1.90.11 | |
| 4.2 - Dotação disponível no crédito orçamentário na data da r | | 2.061.006.56 |
| 4.1 - Classificação estrutura programática da(s) despesa(s): | 01.01.01.031.0001.2006.3.1.90.13 | |
| 4.2 - Dotação disponível no crédito orçamentário na data da r | | 534.286,39 |

5-DECLARAÇÕES:

6-PROJEÇÃO DA DESPESA COM O PROJETO

A despesa possui adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

| Aumento da despesa em Reais | Exercicio atual | 1° Subsequente | 2º subsequente | |
|--|-----------------|----------------|----------------|--|
| And the second s | - | 478.626,04 | 478.626,04 | |
| 7-PROJEÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ANTES DA DESPESA | COM O PROJETO | | | |
| ACCOMPANIES BY CHOUNTY OF HIGH MEDICAL ARTES BY DESPESA | | | | |
| District Control of the Control of t | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente | |
| 7.1 - Disponibilidades financeiras projetadas até o final do exercício: | 4.288.820,29 | 5.500.000,00 | 5.500.000,00 | |
| 7.2 - (-) Passivo financeiro projetado até o final do exercício: | 3.858.255,63 | 4.975.109,03 | 4.975.109,03 | |
| 7.3 - (=) Situação financeira projetada até o final do exercício: | 430.564,66 | 524.890,97 | 524.890,97 | |

| | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
|---|-----------------|----------------|----------------|
| 8.1 - Disponibilidades financeiras projetadas até o final do exercício: | 4.288.820,29 | 5.500.000,00 | 5.500.000,00 |
| 8.2 - Passivo financeiro projetado até o final do exercício | 3.858.255,63 | 5.453.735,07 | 5.453.735,07 |
| 8.3 - Situação financeira projetada até o final do exercício | 430.564,66 | 46.264,93 | 46.264,93 |

| 9 - Despesa total do Legislativo (CF, art. 29-A) | | | |
|--|-----------------|----------------|----------------|
| 9.1 - Percentual da despesa total antes do Projeto | | ******** | 1,77% |
| 9.2 - Percentuais com a projeção da despesa com o Projeto | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
| 2.2 - 1 ercentuais com a projeção da despesa com o Projeto | 2,09% | 2,95% | 2,95% |

10 - Conclusões:

(X) O impacto demonstra capacidade de realização do Projeto

) O impacto NÃO demonstra capacidade de realização do Projeto

Observações:

10.4

Canela/RS, 28 de maio de 2024

thu Sheila Virtuoso Becher Cruz

Técnica Contábil

, long



ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO - Poder Legislativo

Impacto no:

05/2024

1-Fundamentação Legal: Lei Complementar nº 101, art. 17 e 21, I, "a"

2-Descrição detalhada do aumento de despesa:

7.4.2 - Percentuais com a projeção do aumento

311 ATTE

Trata-se de analisar disponibilidade orçamentária acerca do Projeto de Lei Legislativo que "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028". O projeto prevê a fixação do subsídio dos vereadores no valor de R\$9.268,25 (nove mil, duzentos e sessenta e oito reais com vinte e cinco centavos), bem como os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal farão jus, no mês de dezembro, ao recebimento do valor correspondente a 1 (um) subsídio mensal, a título de gratificação natalina. Atualmente, o subsídio mensal do Vereador é de R\$ 6.988,70 e do Presidente é de R\$7.596,42.

O total dos encargos varia em torno de 21% sobre o vencimento básico.

3-FONTE DE RECURSOS: Margem de expansão das DOCC no orçamento da Câmara Municipal (LC 101, art. 17, § 2º)

4-CREDITO ORCAMENTARIO: 4.1 - Classificação estrutura programática da(s) despesa(s): 01.01.01.031.0001.2006.3.1.90.11 4.2 - Dotação disponível no crédito orçamentário na data da realização do impacto: 2.061.006,56 4.1 - Classificação estrutura programática da(s) despesa(s): 01.01.01.031.0001.2006.3.1.90.13 4.2 - Dotação disponível no crédito orçamentário na data da realização do impacto: 534.286,39

5-DECLARAÇÕES:

- 5.1-O aumento de despesa consta do planejamento da LDO de forma específica, nos termos da CF, art. 169, § 1º da CF e nos termos da LC nº 101, art. 21, I, "a"
- 5.2- O aumento da despesa não afetará as metas fiscais de resultado primário e nominal, pois já foram previstas no orçamento para o exercício, nos termos da LC nº 101, art. 17, § 2º.
- 5.3-O aumento de despesa não representa vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, nos termos da LC nº 101, art. 21, l, "a" e CF, art. 37, XIII. 5.4-O aumento de despesa não compromete o limite aplicado às despesas com pessoal inativo, nos termos da LC nº 101, art. 21, Inciso I, "b",
- 5.5- A despesa não representa aumento vedado nos últimos 180 dias do mandato do Chefe do Poder, nos termos da LC nº 101, art. 21, II.
- 5.6- O aumento da despesa não prevê parcelas adicionais a serem implementadas apenas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder, nos termos da LC nº 101, art. 21, III.

| Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
|---|---|--|
| - | | 478.626,04 |
| | | ,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,, |
| UCIONAIS E LEGAIS | | |
| | | |
| eputado estadual (CF. art. | | |
| State | (X) Se Aplica () | Não se aplica |
| o aos deputados antes do a | umento: | 21,179 |
| Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
| 21,17% | 28,08% | 28,08% |
| | • | |
| eita do Município (CF, art. | (X) Se Anlica (|) Não se aplica |
| à receita antes do aumen | o | 0,42 |
| Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
| 0,42% | 0,62% | 0,62 |
| | | |
| | | |
| | 7.0 | 1,779 |
| Exercício atual | | 2º subsequente |
| 2,09% | 2,95% | 2,95% |
| | | |
| | Exercicio atual 21,17% Peita do Município (CF, art. D à receita antes do aument Exercício atual 0,42% | Exercício atual 1º Subsequente - 478.626,04 FUCIONAIS E LEGAIS Deputado estadual (CF. art. (X) Se Aplica () Deputados antes do aumento: Exercício atual 1º Subsequente 21,17% 28,08% Deita do Município (CF, art. (X) Se Aplica () CEXERCÍCIO atual 1º Subsequente Deita do Município (CF, art. (X) Se Aplica () CEXERCÍCIO atual 1º Subsequente Deita do Município (CF, art. Exercício atual 1º Subsequente Deita do Município (CF, art. Exercício atual 1º Subsequente |

Exercício atual

27,13%

1° Subsequente

29.95%

30,96%

| | | |) Não se aplica |
|---|-----------------|----------------|-----------------|
| 7.4.1 Percentual da despesa com pessoal para efeitos da LC nº 101 | | | 0,96% |
| Parcentuais com a projeção do aumonto | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
| 7.4.1 Percentual da despesa com pessoal para efeitos da LC nº 101 | 1,49% | | |

| 8- Conclusões: | | The second secon |
|------------------------------|----------------------------------|--|
| (X) O impacto demonstra capa | cidade de aumento da despesa | |
| () O impacto NÃO demonstra | capacidade de aumento da despesa | |
| Observações: | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Canela/RS, 28 de maio de 2024 Sheila Virtuoso Becher Cruz Técnica Contábil

Aumento da despesa em Reais

VALORES ATUAIS

| 3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
|-------------------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| Liquidados até 04/2024 | 738.993,44 | | |
| Previstos 05/2024 à 12/2024 | 1.494.436,80 | 2.319.640,65 | 2.409.178,78 |
| Provisão Férias | 159.775,81 | 165.943,16 | 172.348,56 |
| Provisão 13º | 106.363,04 | 110.468.65 | 114.732.74 |
| Total Vencimentos | 2.499.569,09 | 2.596.052,46 | 2.696.260,08 |

| 3.1.90.13 - Obrigações Patronais | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
|----------------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| liquidados até 04/2024 | 65.713,61 | • | - |
| Previstos 05/2024 à 12/2024 | 392.744,21 | 545.171,02 | 566.214.62 |
| Total Obrigações | 458.457,82 | 545.171,02 | 566.214,62 |

SUBSÍDIOS NOVOS

| 3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
|-------------------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| Diferença Valores Subsídios | | 293.607,96 | 293.607.96 |
| Provisão 13º | | 101.950,75 | 101.950.75 |
| Total Vencimentos | | 395.558,71 | 395.558.71 |

| 3.1.90.13 - Obrigações Patronais | Exercício atual | 1º Subsequente | 2º subsequente |
|----------------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| Diferença valor Previsto | | 83.067,33 | 83.067,33 |
| Total Obrigações | - | 83.067,33 | 83.067.33 |

| Provides 06 TOTAL ATUALIZADO | | | |
|-------------------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| Total Oprio | Exercício atual | 1º Subsequente | 2° subsequente |
| 3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens | 2.499.569,09 | 2.991.611,17 | 3.091.818,79 |
| 3.1.90.13 - Obrigações Patronais | 458.457,82 | 628.238,35 | 649.281,95 |

Valores Orçados - Despesas com folha de pagamento Planisky 13 Exercício atual 1° Subsequente 2° subsequente 3.1.90.01 - Aposentados 1.000,00 1.038,60 1.078,69 3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens 2.800.000,00 3.107.087,36 3.211.163,00 3.1.90.13 - Obrigações Patronais 600.000,00 652.488,35 674.344,23 3.1.90.16 - Outras Despesas Variável 90.000,00 93.474,00 97.082,10 3.1.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores 10.000,00 10.386,00 10.786,90 3.1.90.94 - Indenizações e Restituições 5.000,00 5.193,00 5.393,45

| TOTAL | 3.506.000,00 | 3.869.667,30 | 3.999.848,36 |
|-------|--------------|--------------|--------------|
| | | | |

190.1 Saldos na dotação conforme previsão de gastos - Despesas com folha de pagamento

| | Exercício atual | 1° Subsequente | 2º subsequente |
|-------------------------------------|-----------------|----------------|----------------|
| 3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens | 300.430,91 | 115.476,19 | 119.344,21 |
| 3.1.90.13 - Obrigações Patronais | 141.542,18 | 24.250,00 | 25.062,28 |
| TOTAL | 441.973,09 | 139.726,19 | 144.406,49 |

| - | | | | 1 | | |
|------|----|---------|--------|------|------|----------------|
| 3 | 1 | | | | | -/ |
| 1000 | | BE | 10 7.0 | dh c | 8 | *********** |
| 3. | 1. | 8 | J. | 1 | 1 | - 1 |
| | | T# 7411 | | - | , Y, | |
| 3. | 1. | 9 | 0. | 1 | 1 | - (|
| 100 | - | ** | | | , 14 | and the second |
| ÷. | 7. | 9 | J. | 1 | 6 | (|
| | | | | No. | | ****** |

| Demais Dados | | | |
|---|----------------|--|--|
| Valor a empenhar em 30/04/2024 | 4.288.820,29 | | |
| Orçamento LOA 2024 | 5.500.000,00 | | |
| Valores Devolvidos ao executivo em 2023 | 1.880.601,86 | | |
| Previsão de valores a serem devolvidos em 2024 | 524.890,97 | | |
| Percentual da Despesa Total - Modelo 14 PAD - 12/2023 | 1,77% | | |
| RREA - Modelo 14 PAD - 12/2023 | 184.580.339,92 | | |
| % Gastos com Folha de Pagamento - Modelo 14 PAD - 12/2023 | 20,47% | | |
| Limite de Gastos Totais - Modelo 14 PAD - 12/2023 | 12.920.623,79 | | |
| % Total da despesa líquida com pessoal | 0,96% | | |
| Receita Corrente Líquida - Modelo 14 PAD - 12/2023 | 268.510.321,24 | | |
| Limite do Subsídio dos Vereadores em relação ao Deputado Estadual RVE - 03/2024 | 21,17% | | |
| Subsídio Deputado Estadual | 33.006,27 | | |
| Remuneração dos Vereadores em relação % da receita do Município - RVE - 12/2023 | 0,42% | | |
| Receita Total do Município - RVE - 12/2023 | 260.453.217,38 | | |

| Passivo financeiro projetado até o final do exercício: | | | |
|---|--------------|--|--|
| Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanantes | 137.805,00 | | |
| Ampliação, Reforma e Adequação da Infraestrutura do Legislativo | 794.500,00 | | |
| Material de Consumo | 32.000,00 | | |
| Passagens e Despesa com locomoção | 23.353,28 | | |
| Locação de Mão de Obra | 75.419,28 | | |
| Outros Serviços de Terceiros PJ | 96.000,00 | | |
| Serviços de TIC | 104.000,00 | | |
| Vencimentos e Vantagens | 1.760.575,65 | | |
| Obrigações Patronais | 392.744,21 | | |
| Outras Despesas Variáveis | 56.000,00 | | |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 1.000,00 | | |
| Outros Benefícios Assistenciais do Servidor | 800,00 | | |
| Diárias | 82.553,46 | | |
| Auxilio Financeiro a estudantes | 1.000,00 | | |
| Outros Serviços de Terceiros PJ | 48.000,00 | | |
| Auxílio Alimentação | 157.936,05 | | |
| Auxílio Transporte | 54.793,34 | | |
| Indenizações e Restituições | 39.775,36 | | |
| TOTAL | 3.858.255,63 | | |
| Material de (| | | |
| Passagensie | | | |

VALOR IPCA - Boletim Focus Outros Servi

3,86%

Outros Sarvi Sarvipos de Vencimento: Obrigações Outras Desk Desseras de Outros Bega Diárias Auxilio Finar Outros Servi Auxilio Alima Auxilio Tran Indenticaçõe TOTAL

VALCA PC.

* 18 * * * 2- *



PARECER JURÍDICO Nº 52/2024

De: Assessor Jurídico

Para: Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final – CCJR; Comissão de Finanças e Orçamento e Tributação - COFT; Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social – CDFS

REFERÊNCIA: PLL 10/2024

Autoria: Mesa Diretora

Projeto de Lei: Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de

dezembro de 2028.

Senhores Vereadores.

O Projeto de Lei Legislativo nº 09, de 24 de maio de 2024, apresentado pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canela, dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028. Este projeto atende aos requisitos do art. 27 do Regimento Interno da Câmara e aos incisos V e VI do art. 29 da Constituição Federal. A proposta fixa o subsídio mensal dos Vereadores em R\$ 9.268,25.

O projeto estabelece que, no mês de dezembro, os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal farão jus ao recebimento de uma gratificação natalina correspondente a um subsídio mensal. A cada trinta dias de suspensão do exercício do mandato, salvo licença saúde, o Vereador terá descontado 1/12 do valor da gratificação natalina. O suplente convocado terá direito a perceber 1/12 do valor da gratificação natalina para cada trinta dias de substituição, consecutivos ou não.

Além disso, o projeto prevê que os subsídios mensais dos Vereadores serão pagos durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária. Nos casos de ausência não justificada em sessões plenárias ordinárias ou extraordinárias, bem como em reuniões das Comissões Permanentes, haverá desconto proporcional no subsídio do Vereador. Nos casos de doença comprovada, o Vereador perceberá a totalidade dos subsídios, deduzida a parcela paga pela Previdência Social.

No aspecto jurídico, conforme disposto no art. 29, V e VI, da Constituição Federal de 1988 e no art. 11, VII, da Lei Orgânica do Município de Canela, a competência para propor discussões sobre a fixação dos subsídios dos agentes políticos municipais é exclusiva da Câmara Municipal. O exercício da iniciativa legislativa, conforme os arts. 27 e 43 do Regimento Interno da Câmara Municipal



de Canela, é reservado à Mesa Diretora da Câmara Municipal. Portanto, não há impedimentos para a tramitação da proposição.

s do

De acordo com o art. 29, VI, da Constituição Federal, o art. 11 da Constituição Estadual e o art. 11, VII, da Lei Orgânica Municipal, a fixação dos subsídios dos agentes políticos municipais deve ocorrer antes das eleições, sendo necessário que as proposições sejam apresentadas, no máximo, até 60 dias antes do pleito eleitoral.

A proposta atende aos ditames legais e constitucionais, incluindo a observância da inconstitucionalidade da percepção pelos agentes políticos da revisão geral anual, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal no Tema de Repercussão Geral nº 1.192.

Há no projeto de lei a inclusão do respectivo impacto orçamentário e financeiro, o que atende ao disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, considerando a conformidade do Projeto de Lei Legislativo nº 10/2024 com os dispositivos constitucionais, legais e regimentais pertinentes, não se vislumbra nenhum óbice legal à sua aprovação, podendo tramitar nas comissões de mérito e, após, ser deliberado pelo plenário da casa.

É a orientação que se coloca a disposição,

FABIANO DE ABREU FAES
Assessor Jurídico da Câmara Municipal
OAB/RS 79.337



Parecer №: 52

| | | · dreder iv |
|----------------------|--|--|
| COMISSÃO: COFT | Γ | |
| PLO N°PLLN° | 10 VETO N° PDI | N°PLC N° PRE N° |
| | | |
| DATA DE ENTRADA: | _//_PEDIDO DE URGÊ | ÈNCIA: SIM () NÃO () |
| | | |
| PARECER JURÍDICO | | |
| | | |
| DATA DA SOLICITAÇÃO | D: | DATA DA ENTREGA: |
| PARECER: | | Timesa. |
| | | |
| | | |
| SOLICITAÇÕES DA CON | AISSÃO: | |
| | 113340. | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| Emenda n°.: | Data: | Entroque () sim () ~ ~ |
| Emenda n°.: | Data: | Entregue ()sim () não Entregue ()sim () não |
| | | Line Egue ()Sim () Mao |
| 1 | | * |
| | PARECER DA COMI | SSÃO: |
| 0 0000 | es del | miss not- |
| , grefax | ada un of | 20/1200 LSTA |
| | | 08/2021 |
| | men 240/190 | 211 |
| | the state of the s | and the same of th |
| 11 | | |
| A.Da alla | / | |
| H Washill / | | |
| Merlim Jone | | Miliation |
| Jolle | Luciano Do Nascimento Me | elo Emilia Guedes Fulcher |
| | Presidente | |
| | | |
| KOJETO RETIRADO -SIM | 1() NÃO () Data: / / | |



Parecer Ne.52

| COMISSÃO: CCJR | | | |
|----------------------------------|--------------------|-------------------|------------------------------|
| PLO N°PLLN° | VETO N° PDL N°_ | PLC N° | PRE N° |
| DATA DE ENTRADA:// | | | |
| | | | |
| PARECER JURÍDICO | | | |
| DATA DA SOLICITAÇÃO: PARECER: | | ATA DA ENTREGA | : |
| SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO: | | | |
| | | G COST MA A COST | |
| | | | |
| | | | |
| Emenda n°.: | Date | | |
| Emenda n°.: | Data: Data: | |)sim () não)sim () não |
| Apl. | PARECER DA COMISSÃ | e | |
| V | | No as book large. | |
| | | | |
| | 1 | | |
| Jerônimo Terra Rolim PRESIDENTE | Carla Reis | Carmen Lucia | Les A de Moraes Merce |

PROJETO RETIRADO -SIM () NÃO () Data: / /



| DE VEREADORES DE C | CANELA | Parecer №: |
|--------------------------|--|--|
| COMISSÃO: CDES | | |
| PLO N°PLLN° | VETO N° PDL N° | PLC N° PRE N° |
| DATA DE ENTRADA:/ | /PEDIDO DE URGÊNCIA: SI | M()NÃO() |
| PARECER JURÍDICO | | |
| DATA DA SOLICITAÇÃO: | DATA | DA ENTREGA: |
| PARECER: | | |
| SOLICITAÇÕES DA COMISSÃO |); | |
| | | |
| 3 ° ° | | |
| | , | |
| | | |
| Emenda n°.: | Data: | Entregue ()sim () não |
| Emenda n°.: | Data: | Entregue ()sim () não |
| 1 | PARECER DA COMISSÃO: | |
| | i de la companya de l | |
| | | |
| | | * E 10/10/10/10/10/10/10/10/10/10/10/10/10/1 |
| | * | |
| José Velhinho Pinto | Marcelo Vargas Savi | Alberi Galvani Dias |
| PROJETO RETIRADO -SIM (|) NÃO () Data: / / | |



ATA ORDINÁRIA 19/2024

Aos vinte seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os Ver. Luciano do Nascimento Melo, Ver. Emilia Guedes Fulcher e o Ver. Merlin Jone Wuff na condição de membro da COFT. Na oportunidade, de forma ordinária foram discutidos e deliberados os seguintes projetos de leis:

PLL 08/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.". Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de mérito em plenário.

PLL 09/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Secretários Municipais de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.". Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de mérito em plenário.

PLL 10/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028." Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de mérito em plenário.

PLO 49/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro ao Instituto Filhas de Santa Maria da Providência - Oásis Santa Ângela." Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de mérito em plenário. Como mais nada há para ser tratado no presente momento, encerra-se a presente reunião.

Ver. Luciano do Nascimento Melo

tujit s Seberusi Pil 162

negim enis.

141244

that will a

Courb Ville

Prèsidente - MDB

Ver. Emilia Guedes Fulcher Membro - REPUBLICANOS

Ver. Merlin Jone Wulff Membro - PDT



ATA ORDINÁRIA 17/2024

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os Ver. Carla Reis, Ver. Jerônimo Terra Rolim e a Ver. Carmen Lucia Seibt de Moraes, na condição de membros da CCJ-R, para discutir e deliberar os seguintes projetos de leis:

PLO 48/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com a garantia da União e dá outras providências." Após a relatoria favorável entregue pelo vereador Jerônimo Terra Rolim, os demais vereadores acompanharam o relator, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

PLL 08/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028." Após a relatoria favorável entregue pela vereadora Carmen Lucia Seibt de Moraes, os demais vereadores acompanharam a relatora, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

PLL 09/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Secretários Municipais de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.". Após a relatoria favorável entregue pela vereadora Carla Reis, os demais vereadores acompanharam a relatora, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

PLL 10/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.". Após a relatoria favorável entregue pelo vereador Jerônimo Terra Rolim, os demais vereadores acompanharam o relator, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

PLL 12/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Denomina Via Pública (Rua Oswaldo Maria dos Santos)". Após a relatoria favorável entregue pela vereadora Carla Reis, os demais vereadores acompanharam a relatora, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

PLL 13/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Denomina Via Pública (Rua

Jy



Claudino Bertolucci).". Após a relatoria favorável entregue pelo vereador Jerônimo Terra Rolim, os demais vereadores acompanharam o relator, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

PLL 14/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Denomina via pública." Após a relatoria favorável entregue pela vereadora Carmen Lucia Seibt de Moraes, os demais vereadores acompanharam a relatora, o mesmo foi deliberado, podendo ser submetido a plenário.

Como mais nada há para ser tratado no presente momento, encerra-se a presente reunião.

Ver. Jerônimo Terra Rolim Presidente - PDT

Ver. Carmen Lucia Seibt de Moraes

Membro - PSDB

Ver.∖Carla Reis Membro - MDB



ATA ORDINÁRIA 17/2024

Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se os Vereadores José Vellinho Pinto, Ver. Marcelo Vargas Savi e o Ver. Alberi Galvani Dias na condição de membros da CDES, para discutir e analisar os seguintes projetos de lei:

PLL 08/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal do Prefeito e do Vice-Prefeito de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028." Após análise deste, o mesmo foi deliberado por maioria, sendo que os vereadores Alberi Galvani Dias e José Vellinho Pinto, foram favoráveis e o Vereador Marcelo Vargas Savi, contrário a deliberação.

PLL 09/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Secretários Municipais de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.". Após análise deste, o mesmo foi deliberado por maioria, sendo que os vereadores Alberi Dias e José Vellinho Pinto, foram favoráveis e o Vereador Marcelo Vargas Savi, contrário a deliberação.

PLL 10/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.". Após análise deste, o mesmo foi deliberado por maioria, sendo que os vereadores Alberi Dias e José Vellinho Pinto, foram favoráveis e o Vereador Marcelo Vargas Savi, contrário a deliberação.

PLL 12/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Denomina Via Pública (Rua Oswaldo Maria dos Santos)". Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de mérito em plenário.

PLL 13/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Denomina Via Pública (Rua Claudino Bertolucci).". Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de

29



mérito em plenário.

PLL 14/2024 - O presente projeto de lei ordinária, deu entrada nesta casa na forma regimental, com a seguinte ementa: "Denomina via Disso, discutidos, analisados e debatidos os pontos do presente projeto de lei, os membros dessa comissão, por unanimidade, manifestaram-se pela deliberação de mérito em plenário.

Como mais nada há para ser tratado no presente momento, encerra-se

a presente reunião.

Ver. José Vellinho Pinto Presidente - PDT

Ver. Carlos Alfredo Membro-PSD

Marcelo Vargas Savi





LEI MUNICIPAL Nº 4.904, DE 02/08/2024



Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Canela para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2028.

O Presidente da Câmara Municipal de Canela, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em atendimento ao art. 66, § 7° da Constituição Federal e art. 46, § 1°, incise II, alínea H do Regimento Interno da Câmara Municipal, considerando a Sanção Tácita e o transcurso do prazo previsto no art. 40, § 7° da Lei Orgânica, promulga a seguinte lei:

- Art. 1º O subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Canela será estabelecido nos termos desta Lei.
- Art. 2º Os Vereadores da Câmara Municipal de Canela receberão um subsídio mensal no valor de R\$9.268,25 (nove mil, duzentos e sessenta e oito reais com vinte e cinco centavos).
- Art. 3º Os Vereadores e o Presidente da Câmara Municipal farão jus, no mês de dezembro, ao recebimento do valor correspondente a 1 (um) subsídio mensal, a título de gratificação natalina.
- § 1º A cada trinta dias de suspensão do exercício do mandato, salvo licença saúde, o Vereador terá descontado 1/12 (um doze avos) do valor da gratificação natalina.
- § 2º O suplente convocado terá direito a perceber 1/12 (um doze avos) do valor da gratificação natalina para cada 30 (trinta) dias de substituição, consecutivos ou não.
- Art. 4º Em caso de substituição (convocação de suplente), os vereadores terão direito ao valor proporcional ao número de dias de substituição, referentes ao mês da substituição.

Parágrafo único. A contagem da substituição se dá no dia da assinatura do termo de recebimento da convocação.

Art. 5º O subsídio mensal dos Vereadores será pago durante os recessos parlamentares, independentemente de convocação de sessão legislativa extraordinária.

Parágrafo Único. As sessões plenárias extraordinárias, nos termos da Constituição Federal, art. 57, § 7º, não serão remuneradas.

- Art. 6º A ausência de Vereador devidamente convocado, em sessão plenária ordinária ou extraordinária, sem justificativa legal, determinará o desconto em seu subsídio, proporcional ao dia da sessão.
- § 1º Considera-se, como justificativa legal, para efeitos deste artigo, a aprovação em Plenário dos motivos apresentados para a ausência, sob a forma de requerimento.
- § 2º Excetuam-se dos descontos que tratam esse artigo as ausências relativas às sessões extraordinárias sem que o vereador tenha tomado ciência da convocação, ou que esta tenha se dado em desacordo com a norma legal, desde que assim justifique e seja aceito pelo Plenário nos termos deste artigo.



- Art. 7º A ausência não justificada do vereador nas reuniões das Comissões Permanentes importará em desconto em seu subsídio correspondente ao dia.
- Art. 8º Nos casos de doença comprovada, o Vereador perceberá a totalidade dos subsídios, deduzida do pagamento a parcela que a este título eventualmente lhe for paga pela Frevidência Social.
- Art. 9° Os subsídios de que trata esta Lei serão pagos na mesma data dos pagamentos feitos aos demais servidores públicos da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Em caso de o Município adotar regime de adiantamento mensal de vencimentos e salários, o mesmo tratamento poderá ser dispensado aos subsídios dos Vereadores nas mesmas datas e percentuais adotados para a folha de pagamento dos servidores.

- Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelos créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.
- Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e cessando seus efeitos em 31 de dezembro de 2028.

Canela, 02 de agosto de 2024.

Presidente

